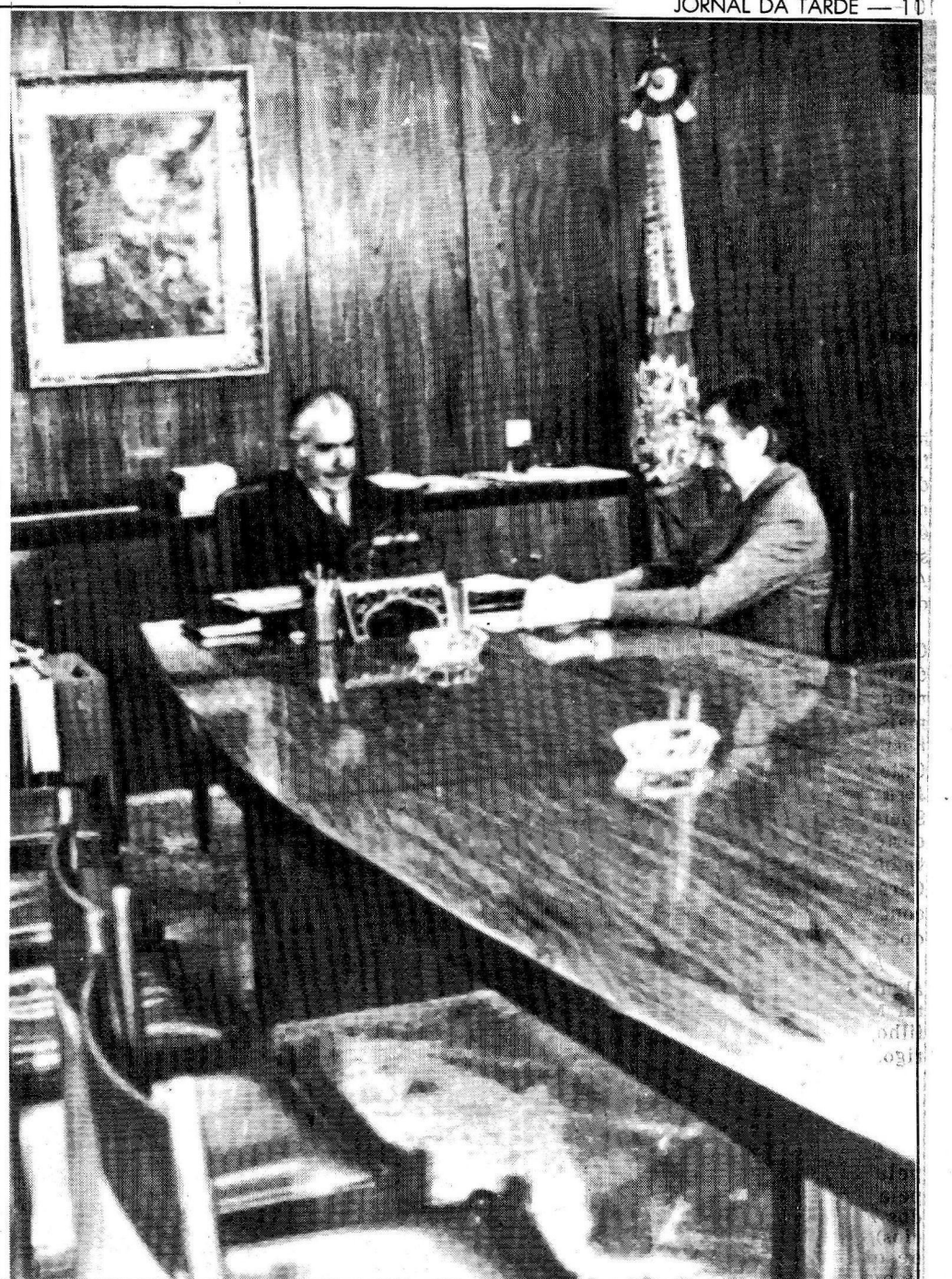


Sarney hoje na TV. Para anunciar a moratória.

O pagamento da dívida externa será suspenso por 90 dias. O presidente vai pedir o apoio da sociedade.



Funaro vai aos EUA, para explicar a decisão aos banqueiros.

Ao confirmar que o presidente Sarney vai anunciar hoje importantes decisões sobre a dívida externa, o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro admitiu que a suspensão do pagamento dos juros é uma das propostas em estudo. Ele adiantou que o governo quer renegociar, mas exige mudanças das regras do jogo. Garantiu que a reserva líquida do País é de quatro bilhões de dólares, sacáveis a qualquer momento. Lembrou, ainda, que nem só de dificuldades internas vive o País; ao contrário, disse, pois o barril de petróleo custava seis dólares no ano passado e hoje o preço triplicou, é de 18 dólares.

Funaro viajou para os Estados Unidos, na próxima semana, para comunicar oficialmente que o País entrou em fase de moratória técnica e suspenderá por três meses o pagamento dos juros.

O Brasil já decretou, na prática, "moratória branca" aos credores internacionais, pois não paga seus débitos desde novembro do ano passado, aguardando as negociações que continuará desenvolvendo sem a interferência do FMI. Essa explicação foi dada anteontem ao líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique e ao vice-líder João Hermann, pelo próprio ministro Dilsen Funaro, em conversa informal no seu Gabinete. Ele salientou que o Brasil "não tem pressa" e que a prioridade do governo é solucionar os problemas econômicos internos.

Para os presidentes de todas as federações de indústria do País, Funaro revelou que levará para os Estados Unidos a "alternativa da suspensão temporária do serviço da dívida externa". A informação foi confirmada pelos presidentes das federações do Rio de Janeiro e Distrito Federal, Artur João Donato e Cássio Gonçalves.

Apesar de tudo, os franceses ainda confiam que o Brasil sai da crise.

O governo francês não parece disposto a mudar sua atitude em relação ao Brasil, apesar das notícias alarmistas que têm chegado a Paris sobre a evolução da economia brasileira nos últimos dias, entre elas a possibilidade de centralização do câmbio pelo Banco Central e a decretação de uma mini-moratória com a suspensão dos pagamentos externos por 90 dias.

Mesmo reconhecendo as enormes dificuldades por que o País atravessa tendo em vista a substancial redução do excedente da balança comercial e queda das reservas cambiais, setores financeiros próximos do governo francês preferem classificar a crise de conjuntural, acreditando que o País terá condições de superar a fase mais aguda num prazo relativamente curto. A prova disso é uma reunião da Coface, órgão oficial do Tesouro dos bancos, marcada para os próximos dias em Paris para estabelecer a política que será adotada em relação ao Brasil.

A tendência é reabrir os créditos de exportação, interrompidos desde 1983. Agora, com a renegociação de parte da dívida junto ao Clube de Paris, esses créditos serão novamente autorizados, devendo ser fixados nessa reunião as condições e valores de tais créditos para setores específicos. Sabe-se que já existem entendimentos para a concessão de empréstimos para investimentos no setor energético. Isso não se deve apenas a uma certa confiança na capacidade de recuperação da economia brasileira, mas também a pressões cada vez maiores de exportadores franceses, interessados em aumentar suas vendas de equipamentos para o Brasil.

Ontem, um banqueiro francês constatava uma certa tranquilidade dos meios financeiros europeus em relação ao comportamento, a curto prazo, da economia brasileira, lembrando que os créditos brasileiros congelados no Banco Central e oferecidos ao mercado financeiro internacional se mostram praticamente estáveis. O deságio

Banco do Brasil reafirma: seu caixa está em dia.

Trata-se de uma fantasia do mercado paralelo do dólar, afirmou o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, ao dizer que a instituição estivesse enfrentando problemas de caixa, no Exterior. Anteontem, boatos nesse sentido partiram de Brasília, onde houve comentários de que a agência de Nova York teria fechado com um déficit de US\$ 300 milhões, em operações realizadas esta semana.

O BB, inclusive, não bastando os desmentidos de seu presidente, emitiu uma nota oficial, em que esclarece:

Ainda à noite, Funaro informou que nos Estados Unidos cumprirá "o roteiro normal nestes tipos de viagem". Deverá, portanto, encontrar-se com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, e o presidente do Federal Reserve (Banco Central norte-americano), Paul Voecker. Deverá constar do roteiro, ainda, um contato com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus.

Funaro divulgou a informação sobre a viagem após receber, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), documento de reivindicações da entidade. Mas não confirmou diretamente a moratória. Perguntado sobre o que achava da hipótese de a medida ser aplicada, respondeu: "Todas as hipóteses sempre existem".

No início da noite, quando chegou ao Ministério da Fazenda, procedente do Palácio do Planalto, Funaro desmentiu contudo a moratória, dizendo "que este tipo de notícia é desconstruída", reafirmou que o governo, neste momento, "está escolhendo os caminhos da renegociação" e comentou que o presidente José Sarney "sempre tomou decisões corajosas quando necessário".

O ministro denunciou ainda uma "campanha orquestrada" contra o governo, com objetivo de enfraquecer as negociações da dívida externa, promovida por grupos ligados a banqueiros internacionais e a bancos nacionais vinculados a interesses desses bancos estrangeiros. Salientou que quando se fala em moratória, por exemplo, está se tentando enfraquecer os negociadores da dívida e possibilitando a cobrança de novas taxas de risco, juros mais altos, etc.

aumentou nos últimos meses, mas não de forma catastrófica, entre 20 e 25%. A mesma fonte procurou exemplificar: um crédito de US\$ 100, poderia ser repassado por US\$ 80 seis meses atrás. Agora, o valor é ainda um pouco inferior, por volta de US\$ 75. Isso indica uma queda, mas não chega a constituir uma situação catastrófica: "Ainda não despençou", disse o banqueiro.

Essas mesmas áreas admitem que o Brasil pode repetir o que foi feito em 1983, durante a crise que abalou a credibilidade do governo João Figueiredo. Na ocasião, o governo brasileiro acabou obtendo um crédito de contingência *bridge loan* junto ao governo dos EUA, no valor de US\$ 2 bilhões para enfrentar as necessidades mais urgentes de caixa. Essa talvez tenha sido a missão dada ao embaixador em Washington, Marcellio Marques Moreira, convocado inesperadamente a Brasília, onde só permaneceu algumas horas, voltando rapidamente para seu posto nos EUA.

Mesmo a possibilidade de uma centralização do câmbio com a suspensão temporária, provavelmente por 90 dias, dos pagamentos no Exterior, é admitida pelos meios financeiros franceses que não parecem temer essa eventualidade. Essas áreas ainda se lembram da Resolução nº 351 do Conselho Monetário Nacional que introduziu a centralização de câmbio, de julho de 1983 até março de 84. Do ponto de vista administrativo, o Banco Central obteve um certo êxito, pois ninguém no Exterior perdeu dinheiro. Os compromissos foram honrados com atraso, mas compensados pelo pagamento de juros de mora. Nesse período, o Banco Central processou cerca de 100 mil pagamentos. Esse precedente faz com que os meios financeiros e exportadores franceses admitam a repetição do mesmo esquema, desde que ditado por uma nova emergência, como parece ser o caso presente.

Realí Júnior, de Paris.

Entenda Economia

Por que o País chegou a esse ponto, de chapéu na mão.

Celso Ming

O Brasil está, outra vez, de chapéu na mão, sem dólares para honrar seus compromissos lá fora.

Em termos técnicos, acabaram-se as reservas, que é o dinheiro em caixa mais depósitos a vista ou a curtíssimo prazo no Exterior. Reserva é o dinheiro que o País foi juntando e que começou a gastar quando as receitas passaram a ser inferiores às despesas. O número certo das reservas é segredo de Estado guardado a sete chaves. O que se sabe ao certo é que elas estavam a US\$ 6,7 bilhões em dezembro de 1985 e caíram a US\$ 5,6 bilhões em outubro de 1986. A informação ainda não oficial é a de que despencaram para alguma coisa entre US\$ 1,5 e 2,5 bilhões agora em fevereiro. O ministro Dilsen Funaro jura que estão a US\$ 4 bilhões mas não falta quem assegure que não passam dos US\$ 500 milhões. Esses dois números têm cheiro de exagero, de um e de outro lados.

Come-Come

O que se tem que perguntar agora é como, onde e por que a coisa degingolou tanto. E a primeira resposta é a de que, por culpa do governo, que em vez de resolver os problemas preferiu ganhar as eleições, o Brasil inteiro passou a comer dólares. Explicando melhor: para sustentar o congelamento de preços a qualquer custo e impedir um colapso na área de abastecimento e, assim, garantir a vitória do PMDB nas urnas, o governo primeiro permitiu que se consumissem alimentos e produtos que normalmente seriam exportados: o Brasil deixou de exportar carne, frango, óleo de soja, produtos eletrônicos, produtos petro-

químicos, químicos, aço e por aí afora. Não é à toa que as exportações de 1986 caíram 13,9% em relação às de 1985.

Do lado das importações foi outra sangria. Para alimentar o aumento do consumo, o governo importou mais carne, mais trigo, mais leite (inclusive o Chernobyl), mais milho, arroz, feijão, mais máquinas, fertilizantes, aço — coisas essenciais ou quase. E importou também cerveja, tampa de cerveja, garrafas... Tirando a conta petróleo, as importações aumentaram 30,3%.

Resultado: só na conta de comércio, o Brasil teve perdas (em relação às posições do ano passado) de US\$ 3 bilhões.

Desinvestimento

O outro grande vazamento ocorreu na conta de capitais. As empresas estrangeiras simplesmente pararam de investir no Brasil. Mais do que isso, desinvestiram. Em 1982, o investimento de risco no Brasil alcançava US\$ 2,5 bilhões. Esse número foi emagrecendo e chegou a US\$ 1,3 bilhão em 1985. Mas, no ano passado, a remessa de capitais pelas empresas estrangeiras ao Exterior foi coisa de 400 bilhões de dólares superior ao que entrou.

E por quê? Muita gente argumenta que faltou confiança no governo e no Plano Cruzado e que o congelamento de preços afugentou o investidor estrangeiro. Isso é pura verdade mas não é toda a verdade. Muitos capitais voltaram ao Exterior porque a nova política fiscal dos Estados Unidos estimulou a entrada de recursos em território norte-americano: muitas filiais de empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil remeteram

dólares em 1986 porque se deixassem para fazer isso depois teriam de pagar mais imposto de Renda nos Estados Unidos. E boa parte da remessa de dólares do Brasil ao Exterior teve que ver também com um alentado processo de fusões e incorporações de grandes empresas no Exterior, fato que levou muita empresa a mudar seus interesses não só em relação ao Brasil mas em relação a qualquer país do mundo.

E nos dois últimos meses (janeiro e neste fevereiro), os próprios boatos a respeito de uma eventual centralização do câmbio e do aumento das dificuldades para remeter capitais de volta ao Exterior levou um grande número de empresas a antecipar-se e fazer agora o que tinham planejado para mais tarde ou, mesmo, a fazer o que nem sequer pensavam em fazer.

É claro que a conta da dívida externa é insuportável e que nos custa juros de sangue. Mas, outra vez, isso não é tudo.

É preciso reconhecer que houve uma festa — como o próprio presidente José Sarney já admitiu. O governo permitiu que se gastassem as reservas amealhadas desde 1983 com muito sacrifício e agora faltam dólares para o essencial.

Para recompor as finanças nacionais só há dois caminhos: novos empréstimos e fazer economia.

Muito provavelmente, por falta de outra saída os bancos farão os empréstimos. Mas só o farão na medida exata para garantir os compromissos vencidos ou a vencer do Brasil (empréstimos-ponte). Mais do que isso, vão exigir austeridade e mais sacrifício.

Como deve ser conduzida a negociação

O Brasil poderá ter muita dificuldade para convencer os banqueiros estrangeiros sobre a "moratória técnica". A previsão é do diretor superintendente do grupo Moinho Pacifico, Lawrence Pih, com base em conversa com os próprios banqueiros. Muitos deles estão surpresos com o agravamento da situação brasileira, num prazo tão curto.

Segundo Pih, a aceitação da moratória passa pelo aval do governo norte-americano. De acordo com a legislação dos Estados Unidos, em caso de moratória unilateral, o que não é o caso da proposta brasileira, os bancos credores teriam que demonstrar, contabilmente, que não seriam afetados. Isto significa que eles teriam reservas para cobrir os créditos considerados impagáveis.

Considerando o volume de débitos do Brasil, diz Pih, nenhum banco estrangeiro teria condições de arcar financeiramente com os prejuízos de uma moratória unilateral. A saída para todo mundo — devedor e credor — é a negociação, incluindo a possibilidade de o Brasil obter dinheiro novo. Com isto, através de uma operação também contábil, os bancos transfeririam para a conta brasileira, a título de empréstimo o dinheiro correspondente ao juro que o País deixaria de pagar, por um determinado período de tempo. Desta forma, o Brasil teria tempo para refazer suas reservas e não figuraria perante os credores como um devedor que se nega a pagar sua dívida.

Para que esta operação se concretize, no entanto, o Brasil terá que demonstrar, segundo Pih, que está realmente empenhada em equilibrar suas contas. Neste sentido, diz ele, o embaixador brasileiro em Washington, Marcellio Marques Moreira, terá que ser muito convincente naquilo que o país pretende fazer, em termos de política econômica, no prazo em que o governo espera poder aumentar o ritmo das exportações, melhorando a posição da balança comercial e sua própria imagem no Exterior.

Só os 10 maiores bancos credores, segundo Pih, sabiam que a economia brasileira caminhava numa direção perigosa, o que justifica a surpresa de muitos em relação ao desfecho.

Uma prova de incompetência, diz Pastore.

As autoridades manejam de forma incompetente a política econômica. Se o Brasil chegou à posição atual, isto é uma manifestação da irresponsabilidade das autoridades que levou à crise.

A crítica é do economista Afonso Celso Pastores, ex-presidente do Banco Central, que desde o início do segundo semestre de 1986 previu a crise do balanço de pagamentos que culmina agora com a moratória e com a incerteza acerca da forma pela qual o governo vai tratar o problema.

— O Brasil tinha tudo para se manter em equilíbrio externo. Por um sonho, um desvario da política econômica, queimamos todas as reservas conseguidas sobre recessões no passado. É absolutamente injustificável — critica.

Uma de suas preocupações consistia, ontem, na forma pela qual o governo apresentaria a moratória. "O Brasil quebrou, não tem saída. Terá que comunicar isso. Vamos começar tudo de novo." Entretanto, adverte Pastore, as autoridades devem evitar o "estardalhaço", ou seja, não exagerar a publicidade acerca da insolvência, a exemplo do que ocorreu em 82/83, quando as negociações com os credores foram conduzidas com um sigilo conveniente.

Por que o sigilo é necessário? Segundo o ex-presidente do Banco Central, a confirmar-se a hipótese de que o governo faria um anúncio público da crise, o fato estimularia o levantamento de fundos depositados nas agências de bancos brasileiros no Exterior, precipitando as dificuldades. Pela sua estimativa, US\$ 15 bilhões é o valor total das operações de *money-market* e de *trade-finance* realizadas no âmbito dos projetos 3 e 4, e que correspondem a recursos voluntários. Se as reservas de fato estiverem em US\$ 1,5 bilhão como se supõe nos meios financeiros locais, o saque de 10% dos recursos de bancos estrangeiros nos bancos brasileiros já nos levaria ao consumo total das reservas e a sucessivos problemas em Nova York, como ocorreu em 1982.

— Tecnicamente, a caixa está zerada — acredita Pastore.

Mas agora é preciso saber como Marcellio Marques Moreira, o embaixador em Washington, está apresentando o problema aos seus interlocutores reais. "Para recompor as reservas, haverá um período longo", conclui o ex-presidente do BC.

Volcker: a situação do País é grave.

Sigilo total envolve a missão do embaixador do Brasil em Washington, Marcellio Marques Moreira, encarregado pelo presidente José Sarney de avisar os credores e o governo norte-americano que o País se acha em moratória técnica. O diplomata chegou ontem de manhã procedente do Brasil, passando por Nova York, de onde seguiu para Washington. Mas, segundo Mariela Angelli, de Washington, sua assessoria de imprensa só falou duas vezes aos jornalistas: a primeira para informar que o embaixador não teceria comentários sobre sua missão; e no final da tarde para cancelar o almoço que Marques Moreira havia marcado com a imprensa brasileira hoje em Washington.

Altas fontes do Departamento de Estado dos EUA não quiseram confirmar a versão de que o Brasil já teria decretado oficialmente a moratória técnica.

Já o presidente do Reserva Federal dos EUA, Paul Volcker, disse à tarde na Comissão de Finanças do Senado que o Brasil enfrenta grave crise econômica. Lamentou que o País tenha perdido sua posição comercial privilegiada de meses atrás, "depois de ter dado alguns passos construtivos no começo do ano". Informou que "a inflação ressurgiu, e a posição do comércio estourou. Tudo isso afeta a situação financeira do Brasil e sua capacidade de obter novos empréstimos". Sem entrar em detalhes, disse que "perdeu-se em grande parte a confiança" depositada no País.

Volcker fez também uma advertência: é essencial para os EUA e outros países somar esforços numa cooperação internacional destinada a fomentar a recuperação econômica mundial. Conseguiu-se alguma cooperação política entre as principais democracias industrializadas, mas a iniciativa norte-americana para minorar os efeitos da dívida é ameaçada pela redução dos créditos que os bancos comerciais abrem para os países devedores, que já cooperam: abrem suas economias, reduzem suas barreiras comerciais e reembolsam parte dos débitos.

Mas os círculos bancários de Nova York receberam tranqüilos a notícia sobre a eventual suspensão do pagamento dos juros que incidem sobre a dívida brasileira. Uma fonte bancária lembrou a situação semelhante ocorrida em 1983, na época em que o governo centralizou as operações de câmbio, "o que não foi de todo mau".